



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **DECRETO Nº 3.889/2026**

Súmula: Regulamenta o funcionamento do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUNMPDEC, instituído pela Lei Municipal nº 4.555, de 22 de maio de 2025, e da outras providências.

**JAEISON RAMALHO MATTA**, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º da Lei Municipal nº 4.555, de 22 de maio de 2025, que autoriza o Poder Executivo a regulamentar o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUNMPDEC;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a gestão, a aplicação e o controle dos recursos destinados às ações de proteção e defesa civil no âmbito do Município;

CONSIDERANDO a importância de assegurar transparência, eficiência e legalidade na utilização dos recursos públicos voltados à prevenção, preparação, resposta e recuperação de desastres.

### **DECRETA**

**Art. 1º** Fica regulamentado o funcionamento do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUNMPDEC, criado pela Lei Municipal nº 4.555, de 22 de maio de 2025, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

**Art. 2º** O FUNMPDEC será administrado por um Conselho Gestor, observadas as disposições deste Decreto e da legislação aplicável.

**Art. 3º** O Conselho Gestor do FUNMPDEC será composto por 05 (cinco) membros, conforme previsto no art. 2º da Lei nº 4.555/2025, a saber:

I – 01 (um) Presidente, indicado pelo Chefe do Poder Executivo;

II – 02 (dois) membros indicados dentre os integrantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

III – 02 (dois) membros indicados pela sociedade civil organizada, por intermédio do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Bandeirantes – CMPDC.

§ 1º Os membros do Conselho Gestor exercerão suas funções sem remuneração, sendo consideradas de relevante interesse público.

2º O mandato dos membros do Conselho Gestor será de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

**Art. 4º** Compete ao Conselho Gestor do FUNMPDEC, além do previsto no art. 4º da Lei nº 4.555/2025:

I – deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes da COMPDEC;

II – aprovar o plano anual de aplicação dos recursos;

III – acompanhar a execução financeira e orçamentária;

IV – autorizar a movimentação da conta bancária específica do Fundo;

V – elaborar e aprovar seu regimento interno.

**Art. 5º** O Conselho Gestor reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por mês;

II – extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

**Art. 6º** Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, sem prejuízo das atribuições previstas na Lei nº 4.555/2025:

I – supervisionar e fiscalizar a execução das ações financiadas pelo FUNMPDEC;

II – emitir parecer técnico prévio sobre os projetos e despesas;

III – acompanhar a correta aplicação dos recursos;

IV – propor medidas para aprimoramento da gestão do Fundo.

**Art. 7º** Os recursos do FUNMPDEC serão movimentados exclusivamente por meio de conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, em nome do Fundo.

§ 1º A movimentação financeira dependerá de autorização do Conselho Gestor.

§ 2º Os recursos somente poderão ser utilizados para as finalidades previstas na Lei nº 4.555/2025.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

## ***ESTADO DO PARANÁ***

**Art. 8º** A aplicação dos recursos do FUNMPDEC observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

**Art. 9º.** O FUNMPDEC manterá escrituração contábil própria, sendo a prestação de contas realizada nos prazos e na forma exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 10.** O saldo financeiro apurado ao final de cada exercício será automaticamente transferido para o exercício seguinte, a crédito do próprio Fundo.

**Art. 11.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvida a COMPDEC e o Conselho Gestor do FUNMPDEC.

**Art. 12 .** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 21 de janeiro de 2026.

***JAELSON RAMALHO MATTA***  
PREFEITO MUNICIPAL  
*Prefeito Municipal*